CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

A JUVENTUDE EM DISPUTA: AS POLÍTICAS IMPLEMENTADAS E A RELAÇÃO DA JUVENTUDE ADVINDA DA CLASSE TRABALHADORA COM O TRABALHO E O ENSINO MÉDIO

THE YOUTH ON DISPUTE: IMPLEMENTED POLICIES AND THE RELATIONSHIP OF YOUTH COMING FROM THE WORKING CLASS WITH WORK AND HIGH SCHOOL

LA JUVENTUD EN DISPUTA: LAS POLÍTICAS IMPLEMENTADAS Y LA RELACIÓN DE LA JUVENTUD ADVINDA LA CLASE TRABAJADORA CON EL TRABAJO Y LA ENSEÑANCIA MEDIO

Cristiane Lopes de Sousa [1]
Ronaldo Marcos de Lima Araujo [2]

RESUMO
Nesta pesquisa discute-se a categoria juventude enquanto campo de disputa, pontuando as políticas públicas implementadas desde os anos de 1990 e a relação dos jovens da classe trabalhadora com o Ensino Médio e o trabalho. Apresenta-se como objetivo geral analisar a relação da juventude da classe trabalhadora com o Ensino Médio e o trabalho. Utilizou-se como base teórico-metodológica o materialismo histórico dialético, com abordagem qualitativa e a Revisão de Literatura como tipo de pesquisa. Observou-se que houve um crescimento das políticas públicas para juventude nos anos de 1990, sendo maior a crescente a partir de 2003. Constatou-se ainda que a relação do jovem da classe trabalhadora com o a educação e o trabalho é intermediada diretamente por questões socioeconômicas. Concluiu-se que a concepção de educação destinada aos jovens da classe trabalhadora é de caráter conservador e instrumental visando a formação desses jovens com foco no mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude. Ensino médio. Trabalho. Políticas públicas.

ABSTRACT
This research discusses the youth category as a field of contention, punctuating the public policies implemented since the 1990s and the relationship of working-class youth with high school and work. It is presented as a general objective to analyze the relation of the working-class youth with the high school and the work. The dialectical historical materialism with a qualitative approach and the literature review as a type of research were used as theoretical methodological basis. It was observed that there was a growth of public policies for youth in the 1990s, with an increase since 2003. It was also observed that the relationship of working-class youth with education and work is directly mediated by socio-economic

[1] Mestra em Currículo e Gestão da Escola Básica pelo Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) da Universidade Federal do Pará (UFPA).
[2] Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor titular da Universidade Federal do Pará, vinculado ao Núcleo de estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB) e ao Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB).

issues. It was concluded that the conception of education aimed at working-class youth is conservative and instrumental in order to train these young people with a focus on the labor market.

KEYWORDS: Youth. High school. Work. Public policy.

RESUMEN
En esta investigación se discute la categoría juventud como campo de disputa, puntuando las políticas públicas implementadas desde los años 1990 y la relación de los jóvenes de la clase trabajadora con la Enseñanza Media y el trabajo. Se presenta como objetivo general analizar la relación de la juventud de la clase trabajadora con la Enseñanza Media y el trabajo. Se utilizó como base teórico-metodológica el materialismo histórico dialéctico, con abordaje cualitativo y la Revisión de Literatura como tipo de investigación. Se observó que hubo un crecimiento de las políticas públicas para la juventud en los años 1990, siendo mayor la creciente a partir de 2003. Se constató además que la relación del joven de la clase trabajadora con la educación y el trabajo es intermediada directamente por cuestiones socioeconómicas. Se concluyó que la concepción de educación destinada a los jóvenes de la clase trabajadora es de carácter conservador e instrumental para la formación de estos jóvenes con foco en el mercado de trabajo.

PALABRAS CLAVE: Juventud. Enseñanza media. Trabajo. Políticas públicas**.**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste artigo, nosso objeto de estudo são as políticas destinadas a juventude e a relação dos jovens da classe trabalhadora com o trabalho e o Ensino Médio. Apresenta-se como objetivo geral analisar a relação da juventude da classe trabalhadora com o Ensino Médio e o trabalho.

Para a realização da pesquisa utilizou-se o materialismo histórico dialético como base teórico-metodológica, tendo em vista o entendimento do nosso objeto de estudo a partir da sua totalidade histórica, observando as suas contradições e conexões com a totalidade social. Dessa forma, "[...] defendemos uma linha metodológica que descreva o particular, explicitando, dialeticamente, suas relações com o contexto econômico, político social e cultural [...]" (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 356).

Realizou-se uma revisão bibliográfica acerca do tema em bibliotecas universitárias, grupos de pesquisa e principalmente em artigos publicados em revistas científicas brasileiras. Optou-se pela revisão bibliográfica por ser um procedimento que permite uma análise profunda do material disponível, bem como observar avanços e entraves no decorrer da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987).

Observou-se que a inserção do debate sobre a juventude e o crescimento de políticas públicas destinadas a esse grupo social está associado a influência dos Organismos Multilaterais na produção de documentos, diretrizes e políticas com foco no Ensino Médio e na juventude, sob o intuito precípuo de estabelecer uma educação homogênea de formação educacional para os jovens advindos da classe trabalhadora, sendo esta de caráter instrumental e direcionada para o mercado de trabalho e, com isso,

promover a manutenção da desiguldade.

Este artigo encontra-se sistematizado em quarto partes: primeiramente apontam-se considerações iniciais, enquanto a segunda seção trata sobre contextualização do debate acerca da temática juventude, a terceira seção apresenta a relação dos jovens da classe trabalhadora com a educação e o trabalho e, por conseguinte, apresentam-se as considerações finais da pesquisa.

JUVENTUDE: CONTEXTUALIZANDO O DEBATE

Compreender a relação existente entre a juventude, o trabalho e a educação no Ensino Médio requer, primeiramente, apontar o conceito de juventude, que servirá como base na discussão desta subseção e no decorrer da pesquisa. Diante do conceito de juventude, trabalha-se, nesta pesquisa, com a noção de juventudes, corroborando com Groppo (2000), quando este menciona que há vários grupos de jovens, com identidades distintas, formadas a partir das relações social, econômica e cultural.

Segundo Dayrell e Carrano (2014) a noção de juventudes não deve restringir-se a questão da idade, tendo em vista que "[...] a juventude é uma categoria socialmente produzida [...]" (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 110). Dessa forma, afirma-se que "[...] a juventude é uma construção histórica [...]" (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 111). Portanto, entende-se a juventude como um grupo construído e representado mediante as transformações histórico-sociais, culturais e econômicas, fato que supera um conceito restrito sobre uma definição biológica em torno de uma faixa etária.

Ainda nesse contexto do debate, Silva M. (2014) ratifica a utilização de juventudes em detrimento de juventude, assim como, reafirma que esse conceito deve estar dissociado da questão etária e biológica para evitar uma classificação estereotipada, posto que, compreende-se a juventude como uma categoria histórica e social com várias dimensões.

Por isso, utiliza-se aqui a noção de juventudes, para corroborar com a diversidade existente, que se caracteriza de acordo com o movimento histórico, social e cultural. O debate sobre a juventude, assim como do Ensino Médio, adquire força em meados da década de 1990, momento no qual os Organismos Multilaterais (OMs), em especial o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), voltam-se para estudos com foco no Ensino Médio e a juventude como meio para articular as estratégias de formação dos jovens, de acordo com os interesses mercadológicos. Além dos Organismos Multilaterais, o tema juventude e jovens também se tornou central em fundações empresariais, movimentos sociais, organizações não governamentais, instituições não governamentais, legislativas, sociais, políticas e acadêmicas (GROPPO, 2016; NOVAES, 2007). De acordo com o

Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), o termo juventude engloba jovens entre os 15 e 29 anos.

Segundo Groppo (2016), nesse contexto, inicia-se o paradigma do jovem como sujeito ou ator social versus o jovem como problema social, o que fez surgir chavões acerca do jovem como agente social e do protagonismo juvenil. O chavão protagonismo juvenil surgiu nos documentos dos Organismos Multilaterais. No Brasil, essa formulação ocorreu, principalmente, através de livros escritos por intelectuais que foram patrocinados por fundações privadas (GROPPO, 2016).

"O segundo chavão foi empoderamento juvenil, adotado pelo Banco Mundial nas pesquisas Vozes Jovens I e II e centro da chamada Estratégia de Dakar (Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas, em 2002) [...]" (GROPPO, 2016, p 393). Diante disso, percebe-se o trabalho realizado pelo Banco Mundial e pela ONU em torno das Políticas Públicas de Juventude, o qual é impregnado por concepções ideológicas que estigmatizam a juventude e o seu papel no corpo dos documentos que, consequentemente, servem como embasamento às políticas destinadas ao Ensino Médio.

A entrada das fundações privadas no debate do tema juventude é concomitante à inserção no debate sobre o Ensino Médio, pois ambos se completam mediante a projeção de atuação do empresariado na educação, que, a partir da década de 90, definiu como foco o Ensino Médio. Com isso, observa-se a articulação existente entre os documentos formulados pelos Organismos Multilaterais e as ações realizadas pelas fundações privadas, que, juntas, organizam-se na intervenção da educação ofertada aos jovens da classe trabalhadora, que tendem a usufruir de uma educação mínima, inclusive no que se refere ao seu papel de agente social. Com uma educação pública destinada à formação instrumental da juventude, necessita-se compreender a relação desses jovens com o trabalho e o Ensino Médio, a fim de abranger qual o projeto de educação é destinado para os jovens advindos da classe trabalhadora.

E, além disso, pontua-se ainda que os Organismos Multilaterais utilizam o conceito de juventude associado a questão etária e a chavões que apresentam-se dissociados da questão histórica e social. Dessa forma, entende-se que os documentos disponibilizados pelos Organismos orientam para uma visão estereotipada da juventude, fato que influencia na viabilização de políticas públicas que direcionam o jovem para o mercado de trabalho.

JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO: A RELAÇÃO DOS JOVENS DA CLASSE TRABALHADORA COM O ENSINO MÉDIO E O TRABALHO

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

No Brasil, a relação estabelecida entre a juventude, o trabalho e o Ensino Médio depende especialmente da realidade socioeconômica desses alunos, tendo em vista que, historicamente, os jovens da classe dominante são preparados para o acesso ao Ensino Superior. Em contrapartida, há os jovens da classe trabalhadora, que são preparados para o acesso ao mercado de trabalho.

Portanto, ao tratar da tríade "jovens da classe trabalhadora – trabalho – Ensino Médio", é preciso considerar as questões econômicas, sociais, familiares e culturais que transpassam essa relação, a fim de entender como os jovens veem o Ensino Médio, se o mesmo é destinado ao trabalho precoce ou como forma de acesso ao Ensino Superior. Seguindo esse viés, Corrochano (2014, p. 206), considerando o Ensino Médio, descreve a relação da juventude com o trabalho da seguinte forma:

> No Brasil, a relação dos jovens com o trabalho é marcada por muitas desigualdades, e o Ensino Médio parece ser um espaço significativo para evidenciar esse fenômeno. Para uns, o tempo no Ensino Médio é vivido como etapa de formação e preparação para o acesso à universidade, ficando o trabalho como um projeto para depois da conclusão do Ensino Superior. Porém, para a maior parte daqueles que tiveram acesso a esse nível de ensino nas duas últimas décadas, a realidade de trabalho, de bicos ou de um constante se virar para ganhar a vida combinam-se às suas vidas de estudantes.

Constata-se que a relação dos jovens com o trabalho é marcada pela desigualdade, haja vista que nem sempre o trabalho do jovem engaja-se no nível formal, sendo, muitas vezes, um trabalho informal e com remuneração baixa. Corrochano faz uma recapitulação entre o contexto em torno dos jovens na década de 90 e nos anos 2000, no caso, até 2014.

> [...] os jovens que hoje frequentam o Ensino Médio estão transitando para a vida adulta como membros de uma geração que nasceu e está vivendo o presente em dois contextos diferentes. Nasceram na década de 1990, momento de forte expansão das matrículas do Ensino Médio e, ao mesmo tempo, de instabilidade econômica intensa, desemprego e introdução de mecanismos de flexibilização das relações trabalhistas, como a diminuição de direitos e a redução dos rendimentos do trabalho em termos reais. Hoje, vivem outro cenário, caracterizado pela diminuição do desemprego e pela expansão das oportunidades de trabalho, especialmente de caráter formal, que se acentua como tendência desde meados dos anos 2000. Muitos problemas persistem, mas em relação às décadas anteriores podemos observar avanços inegáveis, como a recuperação da renda, o maior acesso da população aos bens de consumo e aos programas sociais. Todas essas mudanças sociais mais amplas podem provocar alterações nas expectativas em relação à escola média e aos modos de combinação entre escola e trabalho, que podem se tornar mais ou menos visíveis na sala de aula. Dado o caráter muito recente, as transformações da última década merecem ser melhor investigadas para que possam revelar a mudança nos padrões da transição escola-trabalho no

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

> Brasil. De toda maneira, o trabalho, em suas diferentes formas, faz parte da realidade de parcela considerável dos estudantes de Ensino Médio do país (CORROCHANO, 2014, p. 206-207).

De fato, com o contexto da política neoliberal na década de 90 e a partir dos anos 2000, pode-se afirmar que os jovens passaram por dois períodos que colaboraram diretamente para a relação dos jovens com a educação e o trabalho mediante a visão de inserção imediata, seja no trabalho no Ensino Superior, fato que será apresentado no decorrer desta seção.

Nesta discussão, observa-se como necessário apontar as políticas públicas de juventude realizadas no Brasil. Para melhor compreensão, elaborou-se uma tabela com as principais políticas de juventude implementadas entre 1990 – 2017 (Tabela 1), que serão apresentadas no decorrer desta seção.

Tabela 1. As principais Políticas de juventude implementadas de 1990 – 2017

POLÍTICAS PÚBLICAS	ANO DE FUNDAÇÃO	PERÍODO DE GOVERNO	OBJETIVO PRINCIPAL
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	1990	Em vigência desde a gestão de Fernando Collor de Melo	Trata sobre direitos e da proteção integral à criança e ao adolescente
Jogos da Juventude	1995	Fernando Henrique Cardoso – Luiz Inácio Lula da Silva (2005)[3]	Promover a prática esportiva de alto rendimento entre os jovens e, com isso, revelar atletas.
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	1996	Fernando Henrique Cardoso – Luiz Inácio Lula da Silva[4]	Retirar e evitar que crianças e adolescentes (menores de 16 anos) estejam em situação de trabalho infantil
Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)	1998	Em vigência desde a gestão de Fernando Henrique Cardoso	Apoiar projetos educacionais direcionados para jovens e adultos de assentamento
Política Nacional de Juventude (Lei N. 11.129)	2005	Em vigência desde a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva	Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM); cria o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a

[3] A partir de 2005 passou a ser chamado de Jogos Escolares da Juventude.
[4] A partir de 2005 o programa foi integrado ao programa Bolsa Família.

			Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)
Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)	2005	Em vigência desde a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva[5]	Coordenar, discutir e articular, com as esferas, Municipal, Estadual e com a União, políticas destinadas a juventude
Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM)	2005	Em vigência desde a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva	Executar ações para reintegrar o jovem, entre 18 e 24 anos, ao âmbito educacional e qualificação profissional.
Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE)	2005	Em vigência desde a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva	Fomentar estudos sobre a juventude brasileira, bem como propor ações de intercâmbios entre outras políticas públicas para jovens
Bolsa Atleta	2005	Em vigência desde a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva	Patrocinar atletas com alto rendimento
Estatuto da Juventude (Lei N. 12.852)	2013	Em vigência desde a gestão de Dilma Rousseff	Dispões acerca dos direitos dos jovens entre 15 e 29 anos e instituiu o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE)
Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE)	2013	Em vigência desde a gestão de Dilma Rousseff	Articular a promoção de políticas públicas para a juventude
Lei N. 13.341	2016	Em vigência desde a gestão de Michel Temer	Dentre, outras finalidades, determinou a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos
Lei N. 13.415	2017	Em vigência desde a gestão de Michel Temer	Propõe uma reforma curricular no Ensino Médio

Fonte: Elaborada pela autora (2019) com base em: SPÓSITO; CARRANO, 2007; CAETANO; AZEVEDO, 2017.

[5] Desde a aprovação da Lei N. 13.341, de setembro de 2016, que a SNJ encontra-se vinculada a Secretaria de Governo da Presidência da República.

Considerando, historicamente, as gestões de Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva - Lula (2003-2010), Dilma Rousseff (2011 - agosto de 2016) e a gestão de Michel Temer (agosto de 2016 – 2018), constata-se que, assim como havia baixa expressão numérica de políticas sociais no Governo de Collor, Itamar e FHC, há também um número relativamente baixo de políticas públicas voltadas para a juventude.

Entretanto, o segundo mandato de FCH (1999-2002) teve um período de "explosão da temática da adolescência no plano federal" (SPÓSITO; CARRANO, 2007, p. 189). Dessa forma, percebe-se, ainda, que, com o crescimento de políticas sociais nos Governos Lula e Dilma, ocorrem, de forma concomitante, políticas públicas homogêneas, destinadas à juventude, que priorizam a garantia de direitos universais, sob a concepção de jovens como agentes e protagonistas sociais (NOVAES, 2007). Considerando as ações de retrocesso no Governo Temer (agosto de 2016 – 2018) para políticas no âmbito social, educacional e cultural, observa-se que há uma estagnação no desenvolvimento de políticas destinadas aos jovens.

Recapitulando as políticas públicas destinadas à juventude, pontua-se que no início da década de 90 assina-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em relação às gestões de Collor e Itamar Franco, existem três programas/projetos, são eles: "Programa Saúde do Adolescente e do Jovem (Ministério da Saúde), Programa Especial de Treinamento (PET – Ministério da Educação) e Prêmio Jovem Cientista (Ministério da Ciência e Tecnologia)" (SPÓSITO; CARRANO, 2007, p. 189).

Durante a primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) foram criados os "Jogos da Juventude; Esporte Solidário (ambos do Ministério dos Esportes e Turismo), o Pronera (Ministério do Desenvolvimento Agrário), o Planfor (Ministério do Trabalho e Emprego), a Capacitação Solidária e Alfabetização Solidária [...]" (SPÓSITO; CARRANO, 2007, p. 189). Além disso, em 1996 foi criado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), política utilizada para a retirada de crianças e adolescentes da situação de trabalho precoce. Entre 1999-2002, tempo correspondente ao segundo mandato de Fernando Henrique (1999-2002), são aprovados os seguintes programas e projetos:

> Projeto Escola Jovem, Financiamento Estudantil e Programa Recomeço (Ministério da Educação); Olimpíadas Colegiais, Projeto Navegar e Esporte na Escola (Ministério do Esporte e Turismo); Serviço Civil Voluntário, Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, Programa de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e Programa Paz nas Escolas (Ministério da Justiça); Jovem Empreendedor (Ministério do Trabalho e Emprego); Centros da Juventude e Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (Brasil Jovem – Ministério da Previdência e Assistência Social); Prêmio

> Jovem Cientista do Futuro (Ministério da Ciência e Tecnologia), Piaps e Cenafoco (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República), Brasil em Ação (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), Projeto Alvorada (Presidência da República). Cinco programas não ofereceram informações sobre a data do início de suas atividades: Programa de Apoio ao Aluno Estrangeiro (Ministério da Educação), Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei (Ministério da Justiça), Combate ao Abuso e Exploração Sexual (Ministério do Esporte e Turismo), Projeto Sentinela (Ministério da Previdência e Assistência Social) e Projeto Rede Jovem (Comunidade Solidária) (SPÓSITO; CARRANO, 2007, p. 189).

Faz-se necessário pontuar que esses programas e projetos não eram acompanhados de forma prioritária pelo Governo Federal, portanto não havia como saber sobre seus resultados. Além disso, não existia discernimento no que se refere aos termos criança, jovens, juventude e à idade dos mesmos. Dessa maneira, pressupõe-se que as ações do Governo Federal no âmbito da juventude eram fragmentadas (SPÓSITO; CARRANO, 2007).

No primeiro mandato do Governo Lula (2003-2006), em conjunto com a entrada de institutos e fundações privadas, movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONGs), ocorre, em 2003:

> [...] uma inédita Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude. Esta Comissão fez audiências públicas por todo o Brasil, realizou uma Conferência Nacional em Brasília e também promoveu visitas a experiências internacionais. Neste percurso, elaborou-se uma proposta de emenda constitucional, um Plano Nacional de Juventude e uma proposta de Estatuto da Juventude (NOVAES, 2007, p. 254).

Em 2004, criou-se o Grupo Interministerial, para examinar as políticas dirigidas à juventude, em 2005, foi promulgada a Política Nacional de Juventude (Lei 11.129), que implicou na criação da:

> [...] a) a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República (SNJUV), cuja tarefa principal é articular e supervisionar os programas e ações voltadas para os/as jovens; b) o Conselho Nacional da Juventude (Conjuv), com caráter consultivo, cuja tarefa principal é fomentar estudos e propor diretrizes para a referida política; c) o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (o ProJovem), um amplo programa de caráter emergencial voltado para jovens de 18 a 24 anos, excluídos da escola e do mercado de trabalho (NOVAES, 2007, p. 255).

Com a Política Nacional de Juventude, identificaram-se programas nacionais de juventude destinados às mais diversas áreas, são eles: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Programa Universidade para Todos (PROUNI), os

Programas Unificados de Juventude do Campo e Urbana, o Projovem Campo e o Projovem Urbano, e o Projovem Adolescente, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Projeto Rondon, Programa Escola Aberta, Juventude e Meio Ambiente, Saúde e Prevenção na Escola (SPE) e Programa Saúde na Escola (PSE), Cultura Viva – Pontos de Cultura e Juventude e Meio Ambiente). Na área dos esportes: Segundo Tempo e Bolsa Atleta. Foram implantados, ainda, o Projeto Soldado Cidadão, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), Programa Brasil Alfabetizado, os Programas de Expansão do Ensino Médio e Superior, e o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) (SILVA, R.; SILVA, V., 2011).

As políticas implementadas durante o Governo Lula (2003-2010) perpassam por todas as áreas no intuito de garantir direitos básicos aos jovens, bem como, inseri-los no contexto tecnológico e científico do sistema capitalista financeiro. Nesse contexto, a educação apresenta-se como parte das políticas voltadas para a juventude, sendo, na maioria das vezes, a instituição na qual essas políticas são viabilizadas.

Observa-se que a partir dos anos de 1990, no decorrer dos governos de Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), houve um número pouco expressivo de políticas destinadas aos jovens. Entretanto, no segundo mandato de FHC (1999-2002), ocorreu um crescimento acerca do debate sobre adolescentes, fato que influenciou também no aumento relativo de políticas destinadas a esse grupo social.

Pontua-se ainda que nos mandatos referentes nos governos de Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010- agosto de 2016), concomitante a crescente de políticas sociais e garantias de direitos, aumentou consideravelmente o número de políticas destinadas a juventude nas mais diversas áreas, a frisar a criação do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de agosto de 2013), que instituiu o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE).

No entanto, essa crescente perdeu força no decorrer da gestão de Michel Temer (agosto de 2016 – 2018), tendo em vista a realização de ações consideradas de cunho conservador e da retomada de políticas idealizadas ainda nos dois mandatos de FHC, a frisar a Reforma no Ensino Médio, a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os cortes de verbas no Ensino Superior, que incidem na formação dos jovens, principalmente, da classe trabalhadora. Além disso, com a aprovação da Lei n. 13.341, de setembro de 2016, ocorreu a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, com isso a SNJ foi vinculada a Secretaria de Governo da Presidência da República.

Diante disso, ratifica-se que a juventude é um campo de disputa, sobre o qual as políticas caracterizam-se tanto para assegurar direitos, principalmente aos jovens da

classe trabalhadora, quanto pela investida de representantes do setor privado. Evidencia-se, portanto, que ambos os grupos objetivam homogeneizar políticas e fortalecer sua classe como dominante.

Por isso, há a relação do Ensino Médio com o trabalho, principalmente para uma formação instrumental, conforme impôs a recente Reforma. No artigo 35 da LDB, o inciso II dispõe que a última etapa de ensino objetiva "a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores". No inciso IV, dispõe que "a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina".

O artigo 4º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 2012, em seus cinco incisos, reafirma o artigo 35º da LDB. Por isso, evidencia-se que além de formação crítica, ética, autonomia intelectual, o aprofundamento dos conhecimentos obtidos no Ensino Fundamental e da compreensão do processo produtivo, no que tange a teoria e prática do fundamento tecnológico e científico, pontua-se ainda a preparação básica direcionada para o trabalho, de forma contínua, que visa promover meios para o aluno adaptar-se mediante as condições de ocupação (BRASIL, 2012).

Diante disso, entende-se que o Ensino Médio possui tanto o objetivo de formar o jovem para o ensino científico quanto como preparação para o mercado de trabalho. Ressalta-se a presença da expressão "adaptar para as ocupações", que reporta o debate para o ensejo do que almejam os empresários, que é exatamente uma formação instrumental[6] direcionada para o mercado de trabalho.

A revolução técnico-científica introduziu tecnologias que exigem, do trabalhador, mais escolaridade e qualificação para adentrar no mercado de trabalho (SALES, 2014). No entanto, essa exigência não modifica alguns termos enraizados na conjuntura de trabalho brasileira, tal como afirma Corrochano (2014, p. 2010-211):

> [...] de todo modo, não é possível estabelecer uma relação estreita e linear entre maior escolaridade e inserção no mercado, uma vez que a distribuição dos empregos se realiza de modo seletivo e por meio de mecanismos que vão muito além da formação. Além disso, a despeito das mudanças no trabalho, uma série de velhas realidades persistem e essas qualidades (maior escolaridade e qualificação) serão utilizadas por um pequeno número de empresas, envolvendo um número restrito de trabalhadores. A despeito da necessidade ou não de níveis mais elevados de escolaridade para a realização concreta de trabalhos, na medida em que aumenta a escolaridade da população e se reduzem os empregos, a escolaridade acaba se constituindo

[6] Entende-se como formação instrumental no Ensino Médio, uma formação de caráter minimalista conforme as formulações contidas nos documentos dos Organismos Multilaterais (ARAUJO, 2018).

> em um mecanismo de seleção para os empregadores e uma estratégia dos sujeitos para melhorar seu lugar na fila do desemprego.

A exigência de maior escolaridade pelo mercado de trabalho é concomitante à expansão do Ensino Médio, dos Institutos Federais e das Universidades Públicas brasileiras. Contudo, o aumento da escolaridade e da qualificação da população acentuou a competitividade, ao ponto de que, conforme cresce a escolaridade, deve-se esperar o crescimento do salário, fato que reduz a empregabilidade por parte dos empregadores, os quais selecionam, de forma reduzida, trabalhadores com maior escolaridade, em detrimento dos trabalhadores com menor escolaridade. A situação da juventude com o trabalho e o Ensino Médio, no atual contexto, segundo Corrochano (2014, p. 211), caracteriza-se pela:

> [...] ampliação da criação de empregos formais, o desemprego entre os jovens diminui, mas persiste mais elevado quando comparado aos adultos. Ao mesmo tempo, tal como em outras situações do jovem no mundo do trabalho, o desemprego apresenta-se de maneira heterogênea segundo as idades no tempo da juventude, a classe social, o sexo, a cor/raça, os níveis de escolaridade e os locais de moradia. Nessa direção, pode-se afirmar que o desemprego juvenil é plural. Do ponto de vista subjetivo, pode levar a um maior sofrimento e constituir-se em um forte motivo de preocupação entre aqueles que pertencem a famílias com menos recursos materiais [...].

A relação existente entre os jovens da classe trabalhadora com a educação e o trabalho perpassa por uma questão diversa, e não apenas pela distinção da classe social. O fato de os grupos de jovens serem advindos de diferentes classes não implica diretamente que sejam, estes, grupos homogêneos em sua totalidade, tendo em vista que os jovens possuem diferentes perfis, que são caracterizados pelo seu contexto cultural e socioeconômico. Essa questão é explicada por Corrochano (2014, p. 214):

> Mesmo observando a realidade de jovens de origem social semelhante é possível encontrar muita DIVERSIDADE, especialmente em função das recentes transformações no mercado de trabalho brasileiro e com a chegada de novos públicos no Ensino Médio. Assim, no interior das camadas populares é possível encontrar jovens que começam a trabalhar muito cedo – ainda antes da idade legal –, que estudam e trabalham e aqueles que, em números cada vez maiores nos últimos anos, iniciam a busca por trabalho apenas depois de terminar o Ensino Médio. A inserção precoce, a combinação entre trabalho e Ensino Médio e a postergação do ingresso no mercado de trabalho são resultados da interação de um conjunto de fatores. Embora a necessidade de renda seja um fator bastante relevante para que muitos comecem a trabalhar antes da conclusão da escola média, outros aspectos também devem ser considerados, tais como: a conotação moral do trabalho, a conjuntura do mercado de trabalho, o sexo (as chances de ser pressionado a trabalhar é maior entre rapazes), a escolaridade dos pais, a

> ordem de nascimento na família, a quantidade de irmãos, o tipo de configuração familiar, a região de moradia, a experiência, dentre outros.

Evidencia-se que muitos jovens começam a trabalhar antes mesmo da idade amparada pela legislação (a partir dos 16 anos através da Lei do Estagiário, nº 11.788/2008), adentrando no mercado informal, seja com o intuito de ajudar na renda familiar ou até mesmo objetivando a independência financeira e, com isso, melhorar a renda da família, almejar maior liberdade e acesso aos bens de consumos materiais. Por outro lado, há também o acesso ao trabalho através da Lei da Aprendizagem (nº 10.097, decretada em 2000), que insere os jovens a partir dos 14 anos (até os 24 anos) no mercado de trabalho através de empresas parceiras do programa, em conjunto com as entidades que compõem o Sistema S[7], no qual ofertam o curso de Menor Aprendiz com base na Pedagogia das Competências, visando prepará-los para o desempenho de funções mediante as exigências de mercado e das empresas que trabalham em sistema de parceria com o programa.

Dessa forma, observa-se a entrada de jovens, pelos mais diversos motivos, no âmbito do trabalho antes mesmo do término da escola média, seja no mercado informal ou utilizando a legislação trabalhista destinada aos jovens. Com isso, o acesso ao Ensino Médio representa não apenas o acesso imediato ao mercado de trabalho ou como ponte para o Ensino Superior. Na verdade, representa, também, uma etapa de ensino que recebe alunos dos mais diversos contextos.

> Para aqueles que trabalham ou para aqueles que conseguem adiar um pouco mais a inserção no mercado, o Ensino Médio representa hoje o mínimo denominador comum para se conseguir uma inserção um pouco melhor no mercado de trabalho. Dadas as dificuldades para estabelecer uma relação mais significativa com essa etapa da escolarização, a relação pode assumir, muitas vezes, um caráter marcadamente instrumental. Embora saibam que a escola não lhes garante, necessariamente, o acesso ao universo dos empregos, especialmente dos empregos regulados, os jovens preferem, ainda, permanecer na instituição, uma vez que, sem o mínimo de escolaridade exigida pelo mercado, suas chances seriam ainda mais reduzidas (CORROCHANO, 2014, p. 220-221).

[7] O Sistema S é composto por entidades que atuam no setor da indústria, comércio, empreendedorismo, cultura, rural, transportes e cooperativismo. As entidades são: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes (SENAT), Serviço Social de Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

Se, em décadas passadas, apenas o certificado do Ensino Médio era suficiente para adentrar no mercado de trabalho, como discutido anteriormente, as transformações ocorridas no processo produtivo exigiram maior escolaridade e qualificação e, atualmente, somente o certificado da última etapa da Educação Básica tornou-se insuficiente perante as exigências de mercado.

Além disso, é preciso considerar a diferenciação escolar mediante as formas de Ensino Médio ofertado para a população, seja o regular, o técnico integrado ou profissional subsequente. Contudo, a desigualdade escolar, de maneira mais incisiva nas escolas estaduais, viabiliza a permanência de um ensino caracterizado pelo caráter instrumental, bem como, a desqualificação da escola pública.

As características do Ensino Médio relacionam-se diretamente com a juventude e com o trabalho, posto que a juventude trabalhadora usufrui de uma educação instrumental, sendo inerente ao fator econômico e social de classe, que aponta para esses jovens o acesso precoce ao mercado de trabalho como solução às necessidades impostas. Há, também, os que optam pela inserção com diferentes motivações, e os que conseguem postergar a entrada no mercado, acessando, primeiramente, o Ensino Superior. Entretanto, o que na maioria das vezes ocorre é a inserção prematura no mercado de trabalho, em alguns casos com alunos ainda abaixo da idade permitida.

Portanto, constata-se que a relação da tríade discutida nesta pesquisa encontra-se imbricada das ações do setor privado, seja na educação, no mercado de trabalho ou nas políticas de juventude. Com isso, pode-se afirmar que essa articulação ocorre sob o objetivo de formar, de maneira instrumental, a juventude da escola pública, para que os mesmos executem apenas as imposições de cargos e funções. Dessa forma, é possível adaptar-se de maneira flexível, abdicando da criticidade em prol da máxima produtiva, a fim de garantir os lucros e a excelência às empresas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas destinadas a juventude e a relação dos jovens com o trabalho e o Ensino Médio é um objeto de investigação constantemente debatido no Brasil. Isso ocorre por causa do crescimento da temática da juventude em pesquisas, políticas públicas e discussões desde o início dos anos de 1990.

A década de 90 marca a reconfiguração da relação público-privada na educação, que, diante do contexto, observa a juventude como um campo para a ampliação dos objetivos da classe dominante e viabilizar uma formação homogênea, baseada no caráter mercadológico aos jovens da classe trabalhadora.

Dessa forma, paradigmas e questões educacionais, em torno da vida dos jovens, foram englobados em documentos de Organismos Multilaterais, sob o intuito de

estabelecer diretrizes e ações homogêneas para serem implementadas como políticas públicas destinadas a juventude, em especial em países dependentes do Banco Mundial, tal como no Brasil. E diante desse contexto, ocorre a entrada de entidades privadas do terceiro setor que, alinhadas aos documentos dos Organismos, intermediam ações de caráter intervencionista na educação pública.

No que tange as políticas para juventude, observou-se que dos anos de 1990 até 2000, as políticas para juventude eram insuficientes, sem o direcionamento específico e apartadas do conceito de juventudes. Contudo, a partir do ano de 2005, contatou-se a realização de políticas direcionadas para a juventude no seu sentido plural, e, portanto, englobavam os mais diversos grupos de jovens. Entretanto, no período correspondente a gestão de Michel Temer (agosto de 2016 – 2018), ocorreu um processo de estagnação das políticas públicas de juventude, além disso, foram retomadas ideias pensadas nos mandatos de FCH (1995-2002).

Acerca da relação "jovens, trabalho e educação", evidenciou-se que ocorre, principalmente, por questões socioeconômicas, posto que, em muitos casos, existe a necessidade do jovem adentrar no mercado de trabalho para contribuir com a renda familiar mensal. Observou-se, ainda, que a educação ofertada aos jovens da classe trabalhadora, em parte, é instrumental e amparada pela Pedagogia das Competências, visando formá-los somente para o trabalho, em contrapartida à formação científica recebida pelos alunos da classe dominante para, dessa forma, promover a manutenção das desigualdades.

Diante disso e a considerar o contexto do avanço do conservadorismo no Brasil, evidencia-se a necessidade da luta frente às desigualdades existentes na sociedade, em especial a desigualdade escolar, assim como, no que se refere ao retrocesso de ideias e políticas destinadas a educação e a juventude. Portanto, é preciso romper com a lógica de mercado e viabilizar meios para dirimir o avanço do conservadorismo.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Ensino Médio brasileiro: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais. Tese para Título de Professor Titular. Belém – PA: UFPA. (no prelo). 2018.

ARROYO, Miguel. Repensar o Ensino Médio: por quê?. In: DAYRELL, Juarez Tarcísio; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Org.). **Juventude e Ensino Médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Lei Nº 12.852. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm >. Acesso em 10 abr. 2018.

(_____). **Lei da Aprendizagem**. Lei Nº 10.097. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm >. Acesso em: 13 abr. 2018.

(_____). **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9.394. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm > . Acesso em: 10 abr. 2018.

(_____). **Lei do Estagiário**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm >. Acesso em 10 abr. 2018.

(_____). **Resolução Nº 2, de 30 de janeiro 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&Itemid=30192>. Acesso em 28 jun. 2019.

CAETANO, Edson; AZEVEDO, Eva Emília Freire do Nascimento. Políticas públicas e juventudes: Algumas particularidades do caso brasileiro. **Pólis – Revista Latinoamericana**, n. 48, p. 37-59, 2017.

CORROCHANO, Maria Carla. Jovens do Ensino Médio: qual o lugar do trabalho?. In: DAYRELL, Juarez Tarcísio; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Org.). **Juventude e Ensino Médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Orgs.). **Juventude e ensino médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**: ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas e contemporâneas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

(_____), Luiz Antonio. Sentidos de juventude na Sociologia e nas Políticas Públicas do Brasil contemporâneo. **Revista Política Pública**, v. 20, n. 1, jan./jun., p. 383 – 402, 2016.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **EcoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, julh./dez., 2005.

NOVAES, Regina Reyes. Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. In: FÁVERO, Osmar et al. (Org.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd (Coleção Educação para Todos; 16), 2007.

NOVAES, Regina Reyes. Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. In: FÁVERO, Osmar et al. (Org.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd (Coleção Educação para Todos; 16), 2007.

SILVA, Mônica Ribeiro da. Juventudes e ensino médio: possibilidades diante das novas DCN. In: REIS, Jonas; AZEVEDO, José Clóvis de. **O ensino médio e os desafios da experiência: movimentos da prática**. São Paulo: Moderna, 2014.

SILVA, Roselani Sodré da; SILVA, Vini Rabassa da. Política nacional de juventude: trajetórias e desafios. **Caderno CRH**, v. 24, n. 63, p. 663 – 678, 2011.

SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: FÁVERO, Osmar et al. (Org.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd (Coleção Educação para Todos; 16), 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Agradecimentos

Agradecemos às Universidades Públicas Brasileiras que, mesmo neste contexto de retrocesso, retiradas de direitos e bloqueios de verbas, persiste e resiste na luta por uma educação pública laica e de qualidade para todos.
Agradecemos também aos nossos professores, alunos e pesquisadores, pela resistência e prosseguimento em seus trabalhos/estudos apesar da perseguição imposta pelo governo federal.
Fomos, somos e seremos sempre resistência!